

ENSAIO SOBRE A SEGUNDA PESSOA¹

Waldomiro J. Silva Filho²

“Le plus fructueux et naturel exercice de notre esprit,
c’est à mon gré la conférence.”
Michel de Montaigne, “De l’art de conferer”, *Les Essais* III.

RESUMO

Este ensaio trata da concepção de segunda pessoa em Donald Davidson. Para Davidson, o que caracteriza um *ato significativo* e a possibilidade do *conteúdo de uma atitude* é a interação entre dois agentes movida por uma intenção primária: o falante tem a intenção de que suas declarações sejam entendidas por uma outra pessoa. O ensaio está organizado em três seções: na primeira seção, eu apresento o sentido específico de segunda pessoa como uma *criatura com a qual o falante interage atualmente*, independente de partilharem uma regra ou convenção linguística de antemão. Na segunda seção eu exponho a tese da triangulação em Davidson, qual seja, que a individualização das crenças e pensamentos se estabelece a partir de conexões causais sistemáticas na triangulação entre o indivíduo, outro falante com quem ele interage e objetos ou eventos no mundo. Por fim, na terceira seção, eu apresento a ideia da “norma da conversa” como uma ferramenta teórica para tratar questões epistemológicas: na conversa, quando os interlocutores tentam se entender mutuamente, os falantes se empenham em um tipo de investigação acerca do significado e do conteúdo das frases, crenças e intenções em disputa.

Palavras-chave: Donald Davidson. Normatividade. Segunda Pessoa. Triangulação.

ABSTRACT

This essay is about the conception of second person in Donald Davidson. For Davidson, what characterizes a significant act and the possibility of the content of an attitude is the interaction between two agents driven by a primary intention: the speaker has the intention that his utterances be understood by another person. The essay is organized in three sections: in the first section, I present the specific meaning of the second person as a creature

¹ Este ensaio foi elaborado no âmbito do projeto “Reflexão, Diálogo e Virtudes Epistêmicas: Uma Perspectiva Interpessoal sobre Reflexão” com o benefício de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (proc. n. 311816/2019-3).

² Professor titular de Filosofia da UFBA e Pesquisador do CNPq. E-mail: wjsf.ufba@gmail.com.

with whom the speaker currently interacts, regardless of whether they share a rule or linguistic convention beforehand. In the second section I present Davidson's thesis of triangulation, which is that the individualization of beliefs and thoughts is established from systematic causal connections in triangulation between the individual, another speaker with whom he interacts, and objects or events in the world. Finally, in the third section, I present the idea of the "norm of conversation" as a theoretical tool to address epistemological issues: in conversation, when interlocutors intend to understand each other, speakers engage in a kind of investigation about the meaning and content of the sentences, beliefs, and intentions in dispute.

Key words: Donald Davidson. Normativity. Second Person. Triangulation.

Considerações iniciais

1. Este breve ensaio trata da noção de "segunda pessoa" em Donald Davidson e é o primeiro estudo de uma série de três textos dedicados a investigar como a ideia de uma *norma da conversa* ou *norma do diálogo* pode contribuir para lançar alguma luz sobre problemas clássicos da epistemologia, especialmente o problema da justificação epistêmica. Minha hipótese geral é que a *norma da conversa*, quando dois ou mais agentes disputam razões em torno de um tema comum relevante, impõe exigências e condições para uma pessoa *afirmar* que tem um bem epistêmico valioso – no sentido tradicional de *justificar*. Nesta série estudos, os outros dois textos tratarão da noção de "diálogo" e "dialética" em Davidson, Hans-Georg Gadamer e no ceticismo.

No presente ensaio, seguindo a perspectiva de Donald Davidson (1992, p. 107), eu falo de "segunda pessoa" não no sentido gramatical de "você", "tu", "vocês", "vós" ou no sentido metafísico da existência de outras mentes. Para os limites deste texto, a "segunda pessoa" está compreendida no tema das condições para a significação (o uso significativo da linguagem) e para a atribuição de conteúdos semânticos. Para Davidson, de um ponto de vista prático sobre os fenômenos linguísticos, o que caracteriza um *ato significativo* e a possibilidade do *conteúdo de uma atitude* é a interação entre dois agentes movida por uma intenção primária: "nós queremos entender as declarações [*utterances*] reais dos outros e nós queremos que nossas declarações sejam entendidas" (DAVIDSON, 1992, p. 109). Especialmente para os interesses do meu projeto mais geral, mais importante ainda

é que Davidson (1992, p. 117) sugere que o seu argumento não se aplica somente à fala, mas também à crença, às atitudes proposicionais e fenômenos epistêmicos.

2. Este ensaio está organizado em três seções. Na primeira seção, “Com quantos falantes se faz uma linguagem?”, eu apresento o sentido específico de “segunda pessoa” como uma *criatura com a qual o falante interage atualmente*, independente de partilharem uma regra ou convenção linguística de antemão. Na segunda seção eu exponho a tese da “triangulação” em Davidson, qual seja, que a individualização das crenças e pensamentos, mas também dos significados e conceitos, estabelece-se a partir de conexões causais sistemáticas na triangulação entre o indivíduo, outro falante com quem ele interage e objetos ou eventos no mundo. Por fim, na terceira seção, “Entre *mim e ti*” eu arrisco uma primeira elaboração da “norma da conversa” como uma ferramenta teórica para tratar questões epistemológicas: na conversa, quando os interlocutores tentam se entender mutuamente, os falantes se empenham em um tipo de investigação acerca do significado e do conteúdo das frases, crenças e intenções em disputa.

3. Como este é apenas um ensaio exploratório, não me ocuparei em apresentar argumentos a favor e contra as teses davidsonianas nem as confrontar com desafios céticos e contraexemplos. Este também não é um estudo exegético, mas um tipo de exercício espiritual: de um lado, experimento hipóteses para pensar como a dinâmica da interação conversacional poderá me ajudar a pensar alguns problemas que as teorias epistemológicas, na minha opinião, não conseguem explicar satisfatoriamente; do outro lado, eu expondo minha interpretação pessoal de algumas ideias de um filósofo indispensável para que o leitor tire suas próprias conclusões.

Com quantos falantes se faz uma linguagem?

4. A tese segundo a qual a linguagem é um fenômeno social é um truísmo e não há muita polêmica acerca desse tópico. A despeito disso, filósofos, linguistas e psicólogos estão em desacordo sobre a natureza desse fenômeno e sobre as condições necessárias para uma performance significativa. Muitos apelam à ideia de *convenção* (LEWIS, 1969) ou *seguir*

uma regra (KRIPKE, 1982) como condição fundamental da linguagem; assim também, sustenta-se que os falantes devem dominar o conceito de uma linguagem e seus termos associados, como predicado, frase, referência etc. Davidson propõe uma abordagem diferente.

Davidson (1992, p. 107) abre o ensaio “The Second Person” com uma pergunta inesperada: “Quantos falantes (...) de uma linguagem devem existir para que se possa dizer que alguém fala ou entende uma linguagem?”. Logo adiante, retoma: “Quantos falantes ou intérpretes de uma linguagem devem existir para que exista um falante?” (DAVIDSON 1992, pp. 109-10). Considerar seriamente estas perguntas significa mudar de modo radical a investigação sobre a natureza da linguagem e as condições da significação: em vez de inquirir acerca do conceito abstrato de uma linguagem ou das condições gerais para o uso dessa linguagem, o filósofo observa um fenômeno empírico e tenta entender o que as pessoas fazem quando estão praticando atos significativos (supondo que este é o caso). Quando fazemos isso, quando observamos o comportamento de uma pessoa que pratica um ato significativo, a primeira constatação é que um ato é uma ação significativa *para* alguém. Não é à toa que Davidson escolhera como epígrafe do seu ensaio a eloquente passagem das *Investigações Filosóficas*: “... significar alguma coisa é como se dirigir a alguém” (WITTGENSTEIN, 1953, § 457). *Este é o ponto*. Chamemo-lo de *ponto de vista da segunda pessoa*: uma pessoa expressa algo de modo significativo *para outra pessoa* com a intenção de que a segunda pessoa entenda, interprete o que ela diz; do mesmo modo, uma pessoa interpreta as frases e declarações *de outra pessoa* porque concebe que o falante tem a *intenção* de que ela, enquanto intérprete, entenda o que o falante diz. O traço normativo e social da linguagem se revela neste fato aparentemente trivial.

5. Com quantos falantes se faz uma linguagem? A resposta é: com pelo menos *dois*, pois antes de que uma pessoa possa falar uma linguagem, deve haver outra criatura interagindo com ela (DAVIDSON, 1992, p. 120), não apenas no sentido metafísico, como um ser existente, mas como um ser que esteja investido da posição de segunda pessoa, como aquele com o qual se interage e a quem se nos dirigimos. Essa ideia de segunda pessoa é tributária do naturalismo de John Dewey e Willard Quine e da teoria da “tradu-

ção radical”. Enquanto para Dewey (1925), a linguagem é um modo de interação de, pelo menos, dois seres, para Quine (1969), na prática da linguagem, somos estudiosos do comportamento dos nossos vizinhos e, inversamente, enquanto a interação progride, somos o objeto do seu estudo. Isso quer dizer que o componente inaugural da atividade comunicativa é *interagir* e *investigar* os outros.

Interpretar, entender, comunicar, nessa perspectiva, é algo da esfera da linguagem, mas é essencialmente uma performance com fins epistêmico e prático: é *epistêmico* porque o que se interpreta ou o que se entende são as atitudes intencionais de outra pessoa; e é *prático* porque ocorre na dinâmica do intercâmbio entre agentes no curso de suas vidas lidando com objetos e eventos relevantes do mundo. Voltarei a este ponto mais adiante.

Um, Dois, Três

6. Como anunciado pela tradição inaugurada por Wittgenstein, o significado não é uma marca que se encontra dentro da mente. Sobre esse aspecto, os filósofos pós-wittgensteinianos deram soluções diferentes à crítica ao modelo especular. A solução de Davidson se chama “triangulação” e é uma forma de externismo – tese que afirma que os conteúdos semânticos estão fora da cabeça do falante e são determinados por estados do meio-ambiente natural e social (MCGINN, 1989). A ideia de triangulação foi introduzida no final do ensaio “Rational Animals” (DAVIDSON, 1982) como uma metáfora para ilustrar o conceito de *verdade objetiva* e reafirma a tese de que a racionalidade é um traço social. Segundo Davidson, há uma interdependência entre significado (das frases de um falante) e crença (os estados epistêmicos desse falante) porque o conceito de crença é o conceito de um estado do organismo que pode ser verdadeiro ou falso, correto ou incorreto – algo que é indispensável para uma frase ser interpretada. Uma criatura, para produzir enunciados que podem ser interpretados corretamente, deve dominar a diferença entre o que é acreditado e o que é o caso – este contraste estabelece um valor de objetividade, aquilo que pode ser objeto e é o caso para mais de uma criatura. Mas o que poderia mostrar a diferença entre o acreditado e o que é o caso?

Nosso senso de objetividade é a consequência de (...) uma forma de triangulação, algo que requer duas criaturas. Cada uma interage com um objeto, mas o que dá a cada um o conceito do modo como as coisas são objetivamente é a linha de base formada entre as criaturas pela linguagem. O fato de que eles compartilham um conceito de verdade dá sentido à afirmação de que eles têm crenças, que eles são capazes de designar os objetos num lugar no espaço público. (DAVIDSON, 1982, p. 105.)

Como lembra Sven Bernecker (2013, p. 445), o termo “triangulação” é utilizado na navegação para se referir a um método de determinação de um terceiro ponto a partir de dois pontos estabelecidos. Davidson faz algo parecido, usando-o para descrever o processo pelo qual se determina o objeto (do pensamento, da crença, do ato significativo) a partir da interação entre duas (ou mais) pessoas. O conceito de objetividade surge *por causa* do fato de que duas pessoas triangulam sobre um determinado objeto, quando elas reagem ao objeto e, no mesmo movimento, quando uma pessoa reage à reação da outra pessoa. Nas situações em que duas pessoas interagem, devemos pensar que há algum objeto ou evento comum ao qual estão reagindo (e este é um evento que não ocorre a um ser ontologicamente solitário, uma vez que este ser não pode, no sentido relevante, interagir consigo mesmo) (VERHEGGEN, 1997, p. 367). Uma “causa comum” está na interseção entre elas e ambas se movem na cadeia da interação entre si: *é o triângulo que dá conteúdo ao pensamento e ao discurso*. “Mas são necessários dois para triangular” (DAVIDSON, 1991, p. 213). A individualização das crenças e pensamentos, mas também dos significados e conceitos, estabelece-se a partir de conexões causais sistemáticas na triangulação entre o indivíduo, o outro falante com quem ele interage e objetos ou eventos no mundo.

Não se trata apenas de deslocar a questão da *causa* na relação sujeito-objeto para a *causa* comum no contexto intersubjetivo. O problema, para Davidson, não é simplesmente o de verificar a que objetos e eventos uma pessoa está reagindo: a questão é que sem uma segunda criatura respondendo à primeira, não temos como saber do que se trata do que é um objeto que pode ser enunciado com verdade (DAVIDSON, 1992, p. 119). Um ser solitário, mesmo que fosse uma criatura plenamente racional, dotada de infinitos poderes intelectuais, por mais que estivesse respondendo a estímulos do mundo, jamais poderia ter uma crença objetiva nesses termos (que

fosse verdadeira ou falsa), pois o “mundo do solipsista pode ser de qualquer tamanho: ou seja, do ponto de vista do solipsista, ele não tem tamanho, não é um mundo” (DAVIDSON, 1992, p. 119).

7. O partilhamento de interações causais não é determinado pelo mundo em si mesmo ou pelas normas da comunidade linguística. A triangulação emerge já na situação inicial do aprendizado da linguagem e da organização do mundo. O aprendizado que confere significado às frases mais básicas envolve necessariamente uma triangulação inaugural composta pelo falante, o aprendiz (que pode estar começando uma primeira linguagem ou conscientemente tentando decifrar outra) e um mundo (supostamente) compartilhado. Sem o mundo externo não há modo através do qual o aprendiz possa descobrir como a fala se conecta com o mundo. Sem um primeiro falante, nada daria conteúdo à ideia de que há uma diferença entre compreender as coisas corretamente e compreender as coisas indevidamente. Sem a segunda pessoa não há interação.

Entre *mim e ti*: a interpretação radical e a norma da conversa

8. Tenho falado até aqui que não é necessário que os falantes partilhem uma regra ou convenção linguística de antemão; também me referi a um mundo *apenas* supostamente partilhado e de que a *verdade objetiva* se dá no encontro entre falantes. Como então podemos estar certos de que os falantes se comunicam, compartilham um mundo e captam a verdade? É aqui onde entra a noção de “interpretação radical”. Com esta noção, Davidson (1973) procurou oferecer um argumento forte que refutasse a ideia de que a linguagem é uma regra ou convenção plenamente compartilhada entre falante e ouvinte. A tese da “interpretação radical” (uma resposta à tese da “tradução radical” de Quine) propõe uma situação em que se interpreta o comportamento linguístico de um falante sem conhecimento prévio da linguagem, crenças, pensamentos e intenções desse falante; uma interpretação a partir *do zero*. Porém, como não se pode compreender o que alguém fala sem atribuir algum significado às declarações nem se pode compreender seu comportamento sem conceber o que ele acredita, pensa, intenta, o intérprete precisa aplicar certos princípios caritativos, imaginando que a outra criatura

é um ser tão racional quanto ele mesmo, que partilham um mundo comum, que aquela outra pessoa pode produzir enunciados verdadeiros e assim por diante.

Nesse ponto, no *ponto de vista do intérprete*, assume-se que as crenças do falante, pelo menos nos casos mais simples e básicos, estão majoritariamente de acordo com as suas e, assim devem ser, em grande parte, verdadeiras. A única garantia do sucesso dessa *investigação* é que os falantes estejam em interação. Na dialética eu-tu, o que importa é que cada um esteja na posição de ser um falante e, com isso, possa fornecer ao outro algo *compreensível*. Essa intenção move os falantes e não pressupõe seguir regras ou convenções compartilhadas (DAVIDSON, 1992, p. 114). Falar uma linguagem não tem como *norma* que os falantes estejam seguindo a mesma regra linguística, requer apenas que cada falante se torne intencionalmente interpretável para o outro (DAVIDSON, 1992, p. 115). Somente aqueles que assim se comportam podem se comunicar e entrar em *acordos* e *desacordos* sobre o que é o caso. Mas, para isso, devem acatar requerimentos elementares sobre a interação. Por isso, a “conversa”, mais do que um evento empírico, quando duas pessoas trocam frases, é um modelo de *investigação* e de organização da mente e produção de conhecimento.

9. Um evento comum nos intercâmbios conversacionais é a ocorrência de discrepâncias entre os pensamentos e crenças dos interlocutores – mesmo que supostamente estejam motivados pelas mesmas causas relevantes. Obviamente uma pessoa pode estar em conflito consigo mesma, mas em geral esse tipo de conflito ocorre na linha do tempo, quando suas crenças no tempo t_1 discrepam com crenças passadas (em t_{-1}) ou futuras (em t_2); raramente isso acontece entre a pessoa e ela mesma atualmente sem sacrifício da sua racionalidade. Quando uma pessoa tem crenças discrepantes atualmente e só dispõe, como fonte epistêmica, das próprias percepções, raciocínios, memória e autotestemunho, esse desacordo se torna indecível. Em qualquer situação na qual essa criatura plenamente racional, mas solitária, encontra uma discrepância entre suas crenças, somente ela pode decidir o que é o caso, fundamentando-se nas próprias evidências.

Ademais, há uma impossibilidade de uma linguagem falada por uma única pessoa plenamente racional, porém, solitária, pois falar não é seguir

uma regra, mas interagir significativamente com outra pessoa: “a intenção do falante de ser interpretado de certa forma fornece a ‘norma’” (DAVIDSON, 1992, p. 116).

10. É no confronto interpessoal que podem surgir *desacordos legítimos* e, conseqüentemente, uma solução para o desacordo.

Na conversa, quando os interlocutores tentam se entender mutuamente, no mais das vezes, não se sabe, de início, se os signos guardam o mesmo valor semântico (e de verdade) entre os interlocutores e, por essa razão, é necessário uma investigação e esclarecimento. O que exigirá que o significado próprio da palavra seja revelado no processo de pergunta e resposta. Somente nos próximos estudos deste projeto eu explorarei a natureza dialética de certas disputas conversacionais. Mas adianto o cerne do tema: para Davidson (1985; 1994), na dialética é a fala o componente central, e o ofício do filósofo se caracteriza por um certo modo de participar e conduzir o diálogo. O objeto da dialética é um desacordo semântico que, no fundo, exprime um desacordo epistêmico e moral insustentável.

Na disputa dialética, tal como aparece originariamente em Platão (GADAMER, 1983; DAVIDSON 1985), os interlocutores podem partir de uma afirmação e no movimento do diálogo um dos falantes ser persuadido a usar a palavra que desencadeou o dissenso em uma acepção que não estava presente no início da conversa. O *desacordo dialético* envolve interlocutores que são pares epistêmicos que, de um lado, sustentam crenças divergentes sobre um mesmo *assunto* e, do outro lado, são desafiados, num confronto argumentativo, a expor e justificar suas posições sobre esse *assunto*. As pessoas que participam dessa forma de desacordo realizam uma investigação que tem como objeto as suas crenças de partida e suas justificações, e visam decidir o que é epistemicamente justo fazer.

Isto é o que eu entendo como *arena epistêmica*³, como sendo o horizonte da experiência pública em que as pessoas assumem compromissos, metas e objetivos epistêmicos comuns. Nesses compromissos e objetivos está incluída a tomada em consideração das evidências disponíveis e a obtenção da verdade através das trocas intersubjetivas. Outro compromisso

³ Este termo aparece em C. Elgin (2013, p. 144). Agradeço ao Tiago Ferreira por me alertar sobre esta passagem.

pode ser este: em disputas e desacordos, apresentar razões em favor das próprias crenças e considerar razões contrárias.

Considerações finais

11. Em filosofia moral, sobretudo na tradição anglo-saxónica, o tema da segunda pessoa é central e, para S. Darwall (2006, p. x), “é impossível entender completamente muitas ideias morais sem [esta ideia]”. Nesse sentido, não é apenas a existência da outra pessoa acerca da qual nos referimos com a palavra “tu”, mas da existência de “razões de segunda pessoa” e de relações de reciprocidade que envolve um complexo arranjo de atitudes avaliativas (DARWALL 2006, p. 43).

Na minha opinião, o mesmo se dá em epistemologia.

O tratamento que Davidson dá à “segunda pessoa” não se aplica apenas à linguagem: ele se aplica igualmente a atitudes e performances epistêmicas em geral. As atitudes, assim como crenças e pensamentos, são todas sociais, no sentido de que “são estados nos quais uma criatura não pode estar sem ter o conceito de verdade intersubjetiva, e este é um conceito que não se pode ter sem compartilhar, e saber que se compartilha, um mundo e uma maneira de pensar sobre o mundo, com outra pessoa” (DAVIDSON, 1992, p. 121). Entender a epistemologia da segunda pessoa nos ajudará na investigação sobre os casos em que disputas epistêmicas são legítimas, razões importam e uma resposta bem informada e justificada que uma pessoa pode dar a outra sobre “o que é o caso?” é indispensável.

Referências

DARWALL, S. *The Second-person Standpoint: Morality, Respect, and Accountability*. Cambridge (MA), London: Harvard University Press, 2006.

BERNECKER, S. Triangular Externalism. In: LEPORE, E. & LUDWIG, K. (eds). *A Companion to Donald Davidson*. Malden: Wiley-Blackwell, p. 444-455, 2013.

DAVIDSON, D. Radical Interpretation. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Oxford University Press, p. 125-139, 1973.

DAVIDSON, D. Rational Animal. In: In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, p. 95-106, 1982.

DAVIDSON, D. Plato's Philosopher. In: *Truth, Language, and History*. Oxford: Clarendon, 2005, p. 223-240, 1985.

DAVIDSON, D. The Conditions of Thought. In: BRANDL, J. & GOMBOCZ, W. L. (Eds.). *The Mind of Donald Davidson*. Amsterdam: Rodopi, p. 193-200, 1989.

DAVIDSON, D. "Three Varieties of Knowledge". In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, p. 205-220, 1991.

DAVIDSON, D. "The Second Person". In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, p. 107-121, 1992.

DAVIDSON, D. "Dialectic and Dialogue." In: PREYER, G. et al. (Eds.). *Language, Mind, and Epistemology*. Dordrecht: Kluwer, p. 429-30, 1994.

DEWEY, J. *Experience and Nature*. New York: Dover Publ., 1925.

GADAMER, H.-G. *Plato's Dialectical Ethics: Phenomenological Interpretations Relating to the Philebus*. WALLACE, R. (Trad.). New Haven, London: Yale UP, 1983.

KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Cambridge: Blackwell, 1982.

LEWIS, D. K. *Convention: A Philosophical Study*. Malden: Wiley-Blackwell, 1969.

MCGINN, C. *Mental Content*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

QUINE, W. V. *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.

VERHEGGEN, C. "Davidson's Second Person". In: *The Philosophical Quarterly*, v. 47, n. 188, p. 361-369, 1997.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. ANSCOMBE, G. E. M. (trad). Oxford, Cambridge: Blackwell, 1953.